

Claudia Mônica

ABEPSS

ISBN: 85-85610-20-4

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

ANO II, Nº 3 - JANEIRO A JUNHO DE 2001

Os artigos publicados nesta revista são de inteira
responsabilidade de seus autores

© Copyright 2001 by ABEPSS

Projeto Gráfico e Editorial

GRAFLINE - Artes Gráficas e Editora Ltda.

Av. Mem de Sá, n° 69 - Lapa - RJ

Tel.: 2221-6331 / 2508-7265

E-mail: graflinesite.com.br

Editoração Eletrônica

Luciana Sant'Ana Batista

Revisão:

ABEPSS

Capa

Luis Leonardo M. Arosteguy

TEMPORALIS

do latim, significa marcar o tempo

Período semestral da ABEPSS

Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflinesite, 2001
88 p.

1. Questão Social. 2. Direitos Sociais 3. Serviço Social-Brasil
4. ABEPSS-história.

ISBN: 85-85610-20-4

SUMÁRIO

EDITORIAL	05
A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO	09
MARILDA VILLELA IAMAMOTO	
POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	33
MARIA CARMELITA YAZBEK	
CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA "QUESTÃO SOCIAL"	41
JOSÉ PAULO NETIO	
QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS DA CIDADANIA	51
POTYARA A. P. PEREIRA	
A ATUAÇÃO DA ABEPSS NO ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: BALANÇO DA GESTÃO 1988-2000	63
IVANETE BOSCHETTI FERREIRA	
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	87

EDITORIAL

É com especial satisfação que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS traz a público o terceiro volume da *Temporalis*. Esse número está sendo publicado ao mesmo tempo em que são **aprovadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social**, ainda a serem homologadas pelo Ministro da Educação.

As diretrizes agora aprovadas são as encaminhadas pela Comissão de Especialistas, que foram elaboradas através de um amplo processo democrático de discussões, conduzido pela ABEPSS. No necessariamente longo percurso para sua construção, pois processos democráticos exigem tempo e diálogo, participaram o conjunto das unidades de ensino e as outras entidades da categoria – CFESS e ENESSO, na segunda metade da década de 90.

A oportunidade dessa publicação nesse momento específico está em que sua temática – Questão Social e Serviço Social – é um dos eixos fundantes do novo currículo e da concepção do exercício profissional que ele expressa. Assim, oferecemos esse volume como um subsídio de grande importância para os debates que se encaminham agora na direção da revisão curricular que as Unidades de Ensino tem a tarefa de realizar.

É preciso ressaltar que essa temática foi a do VII ENPESS ocorrido em novembro de 2000, na Universidade de Brasília. A *Temporalis 3* registra justamente as brilhantes conferências proferidas durante o encontro em um esforço de socialização dos conteúdos lá debatidos, procurando ampliar os interlocutores dessa discussão para além daqueles que tiveram a oportunidade de participar diretamente do encontro.

São quatro as conferências aqui registradas, na ordem de sua apresentação no Encontro. A primeira, proferida pela Prof^a Dr^a Marilda Vilela Iamamoto, intitulada “A questão social no capitalismo” tematiza o *significado da questão social* no âmbito mesmo da acumulação capitalista e localiza o conjunto de relações entre a questão social e o Serviço Social, bem como a re-construção dessa relação na formação profissional e no trabalho do assistente social.

O segundo texto é o registro da conferência da Prof^a Dr^a. Maria Carmelita Yazbek com o título de “Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil” que trata a questão social pelo ângulo de suas resultantes - pobreza e exclusão social - no enfrentamento cotidiano das classes subalternas com os quais os assistentes sociais se defrontam.

O terceiro texto apresentado é o intitulado “Cinco notas a propósito da expressão “questão social”. Nele o Prof. Dr. José Paulo Netto aborda a questão

social a partir de suas determinações históricas. Realça ainda a construção teórica da noção de questão social na referência da tradição marxista.

Finalmente a questão social é abordada pela Prof^a Dr^a Potyara Pereira no texto "Questão social, serviço social e direitos de cidadania". Em seu artigo a autora começa por tematizar o próprio conceito de questão social para recupera-lo na reflexão do campo Serviço Social como "foco privilegiado de interesse científico e político".

Houve ainda no VII ENPESS a conferência do Prof. Jean Lojkin a qual infelizmente, por problemas de ordem técnica não foi possível recuperar para publicação. De todo modo, esse volume de nossa revista Temporalis e os Anais já publicados constituem um importante registro daquele encontro de pesquisadores de Serviço Social de todo o Brasil.

Nesse registro há ainda o texto "A atuação da ABEPSS no ensino e pesquisa em Serviço Social: balanço da gestão 1998-2000" da Prof^a Dr^a Ivanete Boschetti Ferreira, presidente anterior da ABEPSS, que apresenta um relato minucioso da trajetória da entidade nos dois últimos anos. O texto é uma importante memória de todo o processo de discussão das diretrizes curriculares e do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Através de algumas informações levantadas no ENPESS podemos ter um breve perfil desses pesquisadores e das questões que mais os tem mobilizado na tarefa de produção de conhecimentos.

No VII ENPESS foram apresentados cento e cinquenta e sete (157) trabalhos dos duzentos e trinta e dois selecionados, distribuídos em áreas temáticas que, de diferentes modos, abordam a questão social e o Serviço Social nas suas diversas dimensões, a saber:

- Política Social, Assistência e Previdência - 28 trabalhos;
- Saúde - 26 trabalhos;
- Criança e Adolescente - 19 trabalhos;
- Cultura, Identidade e Práticas Sociais -16 trabalhos;
- Serviço Social e Formação Profissional -15 trabalhos;
- Transformação no Mundo do Trabalho -14 trabalhos;
- Processo de Trabalho e Serviço Social -14 trabalhos;
- Gênero - 14 trabalhos;
- Questão Agrária e Questão Urbana -11 trabalhos.

Em relação ao perfil dos pesquisadores e suas condições de trabalho pode-se ver que, dos trabalhos apresentados, sessenta e três (63) deles são desenvolvidos por grupos de pesquisa, o que certamente demonstra o amadurecimento da pesquisa no Serviço Social. Desses 63 trabalhos, ampla maioria é desenvolvida em instituições públicas, sendo que parte dos trabalhos

restante era de pesquisadores individuais, resultado de dissertações e teses. Com isso fica ainda mais nítida a importante participação dos Programas de Pós-Graduação na consolidação desses grupos e da pesquisa no Serviço Social. Finalmente, em relação à autoria dos trabalhos, 63% são de docentes.

Na plenária final do encontro, com base nos subsídios oferecidos pelos grupos de trabalho, foi construída uma pauta de ações necessárias para o avanço da pesquisa no Serviço Social. Essa pauta contempla nossas tarefas político acadêmicas imediatas para realizar esse objetivo, quais sejam:

- Articulação entre graduação e pós-graduação;
- Criação de redes de pesquisadores de âmbito regional, nacional e internacional;
- Realização de pesquisas que subsidiem a formulação de políticas sociais e a capacitação de profissionais inseridos nas gestões municipais e estaduais compatíveis com o projeto ético-político da profissão;
- Reforço à dimensão da pesquisa na formação profissional em todos os níveis;
- Capacitação profissional para implementação do novo currículo;
- Escolha de temáticas de pesquisa relevantes, tendo por referência o projeto ético- político- profissional.

Considera-se que esses aspectos precisam ser aprofundados, revistos e ampliados para a construção de uma agenda de pesquisa do Serviço Social, que deverá ser fruto de um processo coletivo de debates, pelo qual são responsáveis todos aqueles pesquisadores, unidades de ensino, programas de pós-graduação e a ABEPSS como partícipes da expansão do conhecimento no Serviço Social.

Temporalis se propõe a ser o instrumento de divulgação desse debate, na perspectiva de construção de uma sociedade justa e igualitária.

Diretoria da ABEPSS
Gestão 2001 - 2002

A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO*

Marilda Villela Iamamoto* *

“Caminhos não há.
Mas as gramas
os inventarão.

Aqui se inicia,
uma viagem clara
para a encantação.

Fonte, flor em fogo,
o que nos espera
por detrás da noite?

Nada vos sovino:
com a minha
incerteza,
vos ilumino”.

Ferreira Gullar

Introdução

O poema de Ferreira Gullar é um alerta aos impasses do presente e um alento que nos anima a manter viva a chama da esperança enraizada nos processos sociais. Manter viva a rebeldia e a afirmação de caminhos que constroem - detrás da noite do presente - “uma viagem clara de encantação”, como diz o poeta. Espero que as nossas (in)certezas partilhadas impulsionem o debate coletivo voltado à compreender e identificar estratégias de enfrentamento à questão social, na defesa dos direitos humanos e sociais, o que nos desafia a todos(as), profissionais e cidadãos(ãs).

Esse ENPCESS realiza-se em um contexto adverso, mas decisivo para a

* Texto base da palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - VII ENPCESS, realizado na Universidade de Brasília -UNB-, no dia 21 de novembro de 2000.

Prof. Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ- atualmente aposentada, e Prof. Visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Agradeço à ABEPSS - e entidades que apoiaram o evento - o convite para participar da mesa de abertura do VII ENPCESS juntamente com o Prof. Dr. J. Lojkin, o que muito me honrou.

profissão e para a sociedade. Momento de acumular forças políticas e fôlego acadêmico ante as investidas conservadoras que naturalizam o ordenamento capitalista e as desigualdades e contradições que dele emanam-, em um amplo empreendimento político-ideológico, que embaça a construção de iniciativas coletivas na trilha da "viagem da encantação". De outro lado, os últimos resultados eleitorais no país demonstraram o avanço das forças democrático-populares, atestando a indignação ante as políticas oficiais, que vêm profundando as desigualdades, a pobreza e a "exclusão social" em suas múltiplas faces e dimensões.

No âmbito acadêmico-profissional, os pesquisadores são convocados a subsistir, com sua produção intelectual, a elaboração dos currículos plenos no processo de implantação das diretrizes curriculares, cuja construção remonta a 1994. Elas requerem o aprofundamento do debate e o rigor no trato da questão social - em suas múltiplas expressões e formas a serem enfrentadas-, na defesa dos direitos sociais universais e da esfera pública, re-criando a sociedade e, nela, a profissão.

A premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das política econômica e sociais.

Sob um ângulo, a *questão social produzida e reproduzida ampliamente* tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto "disfunção" ou "ameaça" à ordem e à coesão social. É apresentada como uma "nova questão social", resultante da "inadaptação dos antigos métodos de gestão do social", produto da crise do "Estado Providência". Frequentemente a programática para fazer frente à mesma *tende a ser reduzida a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais*, na órbita da ordem instituída nos marcos da mundialização do capital sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais. Dessa maneira, as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de "combate à pobreza e à exclusão social".

Em perspectiva de análise distinta, a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo

histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.

A exposição sobre o tema parte da análise do *significado da questão social* no âmbito mesmo da acumulação capitalista. Em seguida, identifica algumas das *particularidades históricas* que redimensionam a produção/reprodução da questão social na atualidade. Finalmente, trata as relações entre questão social e Serviço Social no embate por direitos de cidadania, identificando alguns desafios que se apresentam à formação profissional e ao trabalho do assistente social nesse contexto.

2. O significado da "questão social" no marco da teoria social crítica.

A tese a ser desenvolvida considera ser a "questão social" indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista

A expressão "questão social" é estranha ao universo marxiano, tendo sido cunhada por volta de 1830 (STEIN, 2000). Historicamente foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes - em especial, o protagonismo da classe operária - representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais - histórico-econômicas - de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. Existe pois uma indissociável relação entre a *produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada*, isto é, a *totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular*, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social¹. Reter essa dupla e indissociável dimensão da análise

¹ "Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desses processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo a sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais, que no entanto são, ao mesmo tempo, portadores de relações sociais determinadas nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado.

- a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza é fundamental. Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os enquanto propriedade das coisas, é cair nas armadilhas da mistificação, o que se refrata hoje em muitas análises sobre o trabalho na sociedade burguesa. Aliás, esse foi o embaraço da economia política clássica: os economistas aprisionavam sua análise na ótica do valor de uso - ou da forma técnico-material em que se expressa o trabalho - incapazes de compreender a forma social da riqueza isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham². Razão pela qual não captavam o caráter específico da trabalho e da riqueza na sociedade do capital, pois os apresentavam com *riqueza em geral*, destituída de sua historicidade, "como se o valor de troca fosse mero cerimonial", já anotara Marx³.

A alusão a essa problemática é fundamental, porque desconsiderando-a desfigura-se o debate sobre o trabalho e a questão social na atualidade. Esse procedimento atualiza-se hoje entre intelectuais que, em nome da teoria social de Marx, discutem o trabalho enquanto valor de uso - enquanto atividade produtiva útil, em sua substância material -, independente de sua determinação formal, isto é, da historicidade relações sociais por meio das quais se produz na sociedade burguesa. Relações estas que são inseparáveis da forma valor, cujas implicações é silenciada nessas análises, o que conduz, por vias não previstas, às armadilhas da reificação: privilegiar os atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam. Ou, em outros termos, reforça "a materialização das relações sociais e a personificação das coisas, esta 'religião da vida diária'" (Marx, 1985, tomo III)⁴. Reitera-se os mesmos equívocos da economia política clássica e sua lógica, embora em nome da teoria social crítica. A argumentação e seus sofismas tende a ser presidida pela lógica formal e evolutiva na abordagem da história, a qual não se impregna na construção da análise. No desencontro entre método e teoria, uma linguagem típica do universo teórico de Marx, confunde os

leitores desavisados ou não especialistas⁵. Com já alertara Marx, considerar "a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza - em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social", (Marx, 1985:272, livro III). Portanto pensar o trabalho e a questão social na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade, que, na análise do autor de *O Capital*, dispõe de uma dupla e indissociável característica que a *particulariza*.

Em primeiro lugar, nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador 'livre' que vende a sua força de trabalho - ou uma medida determinada de seu tempo de vida - e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral⁶. Assim os agentes principais dessa sociedade - o capitalista e o trabalhador assalariado - aparecem como *personificações do capital e do trabalho*, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo. A forma específica do valor - a forma mercadoria e seu fetiche - entranham tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de mistificação e reificação, submetendo as relações entre os homens à relações entre coisas.

Em segundo lugar, a mais valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece como força produtiva do capital. Este não é uma coisa material, mas "uma relação social de produção, correspondente a uma formação histórica da sociedade que se corporifica numa coisa material e lhe atribui um caráter social específico... é o conjunto dos meios de produção convertido em capital, isto é, monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as

pressupostos e, por outro, resultados e criações do processo de produção capitalista: são por ele produzidos e reproduzidos. (Marx, 1985:272, Livro III)

² Cf. Marx:1985, tomo III, cap. 48.

³ Referindo-se a Ricardo, Marx acusa-o de conceber o trabalho assalariado e o capital como "formas sociais naturais, não determinadas historicamente, para a produção da riqueza como valor de uso. Daí que não compreenda o caráter específico da riqueza burguesa, precisamente porque esta se apresenta como forma correspondente da riqueza em geral e portanto economicamente": Ainda que Ricardo tenha partido do valor de troca as formas econômicas determinadas do intercâmbio não desempenham papel algum em sua economia, uma vez que só fala da distribuição do produto geral do trabalho e da terra entre as três classes, como se a riqueza fundada no valor de troca só tratasse de valor de uso e o valor de troca fosse tão somente uma forma cerimonial, que, em Ricardo, desaparece inteiramente, como o dinheiro, enquanto meio de circulação na troca" (Marx, 1980:272-273, vol. I)

⁴ Um argumento exemplar é aquele que só considera trabalho a atividade que transforma a matéria natural, em detrimento das relações sociais que atribuem historicidade ao trabalho e ao trabalhador na sociedade burguesa. As análises tendem a cindir o valor de uso e valor de troca, na compreensão da mercadoria força de trabalho, que ao ser colocada em ação, sob determinadas condições e relações sociais, transforma-se em trabalho.

⁵ Cf. o texto do filósofo L. ESSA, S. "Serviço Social e trabalho: do que se trata?". In: *Temporalis 2*. Brasília, ABEPSS, jul-dez. de 200, pp. 35-58. Considero fundamental dar conta da perspectiva ontológica presente em Marx, que tem no trabalho o elemento determinante na distinção do ser social ante a natureza. Pelo trabalho, afirma-se como um ser dotado de capacidade teleológica na formulação de respostas prático-sociais aos seus carecimentos, capaz de antecipar e formular projetos, direcionando a razão e vontade na consecução de seus objetivos, como sujeito da história. A essência humana radicalmente histórica, é excentrada em relação ao indivíduo isolado, constituída pelas condições e relações sociais que constroem as formas de sociabilidade. (Cf. MARX, 1975) Entretanto se esse é um patamar de indiscutível importância no debate é também insuficiente para dar conta das particularidades históricas do trabalho na sociedade burguesa, sob o risco de cair nas armadilhas da produção em geral, tal como tratada pela economia política, como alertou Marx na Introdução aos *Grundrisse* (1857-1858). Quanto à posição do autor de que o Serviço Social é ideologia e não trabalho, requer um debate específico sobre a sua noção de trabalho.

⁶ Embora a forma de trabalho assalariado seja decisiva para a configuração de todo o processo e para o modo específico da própria produção "o trabalho assalariado não é determinante. Na determinação do valor se trata do tempo de trabalho em geral, do *quantum* de trabalho de que a sociedade em geral dispõe e cuja absorção relativa pelos distintos produtos determina, até certo ponto seu peso social relativo" MARX, (1985:314, cap. LI, Livro III).

condições do exercício da força de trabalho autonomizados frente a força viva de trabalho e a que este antagonismo personifica como capital.” (Marx, 1985:754, livro III)

Como pensar a questão social nessa sociedade? Qual a sua gênese?

O processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital realiza-se historicamente sob um duplo movimento. Quando a composição do capital mantém-se inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista – mais capitalista e mais poderosos que competem entre si – quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Entretanto com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na *composição técnica e de valor do capital*. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. A incorporação por parte dos empresários capitalistas dos avanços técnicos e científicos no processo de produção (no sentido *lato*, englobando, produção, distribuição troca e consumo) possibilita aos trabalhadores, sob a órbita do capital, produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. Em termos da composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável- empregado na força de trabalho- e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios materiais de produção. A incorporação das conquistas da ciência no processo de produção na sua globalidade – ela mesma uma força produtiva por excelência (MARX, 1980) -, contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação do capital, permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade. A concentração e centralização de capitais, impulsionadas pelo crédito e pela concorrência, ampliam a escala de produção. Com isso, *o decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação*. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores - via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho-, articulando os meios de extração da mais valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar,

mais além dos incapacitados para a atividade produtiva.

Cresce pois *uma superpopulação relativa* para esse padrão de desenvolvimento: não os “inúteis para o mundo”, a que se refere R. Castel (1998), mas os *supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores- a oferta e procura*, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que sejam estes uma função da magnitude da acumulação). Dentre essa superpopulação relativa - que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de “exército industrial de reserva”- encontram-se os *segmentos intermitentes*, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo*⁷, segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores.

Em síntese, o crescimento da *força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital*, expressando a lei geral da acumulação capitalista⁸. Esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva. A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às *avessas*: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital. (Marx, 1985:209). Gera, assim, *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/*

⁷ “O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma *condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza*. Ele pertence aos *faux frais* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (MARX, 1985:209, Livro I)

⁸ “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista” (MARX, 1985:209, Livro I).

reprodução da questão social na sociedade capitalista.

A existência do *trabalhador livre* – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade – enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*.⁹ *Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e aliado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência.* Como a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. *O pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social-, é uma especificidade da produção fundada no capital* (MARX, 1980, t.II, p.110). Importa salientar que, nessa concepção, a pobreza não é apenas compreendida como resultado da *distribuição de renda*, - mas referida à própria produção. Ou, em outros termos, à *distribuição dos meios de produção*, - e portanto às relações entre as classes-, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente). Processo esse que é radicalizado com o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -,

⁹ O conceito de *trabalhador livre* contém já implícito que o mesmo é um *pauper*: *pobre virtual*. Com respeito às condições econômicas é mera capacidade de trabalho e por isto, dotado de necessidades vitais. É um necessitado em todos os sentidos, visto não dispor das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Quando o capitalista não necessita do sobretrabalho do indivíduo ele não pode realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência. Quando não pode obtê-los por meio do intercâmbio mercantil os obterá por meio de esmolas que sobre para ele da renda de todas as classes (MARX, 1980, t.2, p.110). É interessante observar a atualidade dessa interpretação, quando os chamamentos à filantropia do capital e ao trabalho voluntário são uma das tônicas das respostas à questão social na atualidade. Lembra o debate de Marx com Proudhon na *Miséria da Filosofia* (MARX, 1970, p.11) acerca das diferentes escolas de interpretação das relações sociais capitalistas por parte dos intelectuais da burguesia. Dentre elas, destaca a *Escola humanitária* que salienta “o lado mau das relações de produção atuais. Para tranquilidade de consciência esforça-se por coonestar o mais possível os contrastes reais; deplora sinceramente as penalidades do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses; aconselha aos operários que sejam sóbrios, trabalhem bem e tenham poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu ardor na esfera da produção...A *Escola filantrópica* é a escola humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade do antagonismo; quer converter a todos os homens em burgueses; quer realizar a teoria desde que se distinga da prática e não contenha antagonismos...Por conseguinte, os filantropos querem conservar as categorias que expressam as relações burguesas, porém sem o antagonismo que constitui a essência dessas categorias e é inseparável delas. Os filantropos acreditam que combatem a sério a prática burguesa, mas são mais burgueses que ninguém”.

das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma *luta aberta e surda pela cidadania* (IANNI, 1992). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos*¹⁰. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State*, *Estado Providência* ou *Estado Social*.

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento *processo de criminalização* que atinge as classes subalternas (IANNI, 1992 e GUIMARÃES, 1979) Recicla-se a noção de “classes perigosas” - não mais laboriosas-, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza”* ou em *expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação *assistência focalizada/repressão*, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação.

Uma *dupla armadilha* pode envolver a análise da questão social, quando suas múltiplas e diferenciadas expressões são desconectadas de sua *gênese comum*,

¹⁰ A história da regulamentação da jornada de trabalho, estabelecendo os limites de onde começa o tempo de vida do trabalhador para si e para o capital, é fruto de “uma guerra civil prolongada” até a regulamentação pelo Estado da jornada de 8 horas, hoje ainda um ideal cada vez mais longínquo para os grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

desconsiderando os processos sociais contraditórios -na sua dimensão de totalidade- que as criam e as transformam.

Corre-se o risco de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Deriva na ótica de análise dos "problemas sociais", como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões - as várias "questões sociais"¹¹, - em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume.

Outra armadilha é aprisionar a análise em um discurso genérico, que redundando em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas das dinâmicas conjuntural e da vida dos sujeitos sociais. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar suas expressões específicas, que desafiam a "pesquisa concreta de situações concretas". (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos, etc.).

Concluindo, a indicação é de que *presencia-se hoje uma renovação da velha questão social*, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, que demarcam esse processo na cena contemporânea.

3. A questão social na cena contemporânea

Como pensar a produção da questão social na cena contemporânea? Quais as mediações históricas que reconfiguram a questão social na atualidade?

¹¹ Essa foi uma das polêmicas com Vicente Faleiros por ocasião dos debates que acompanharam a formulação das diretrizes curriculares. Em recente texto (FALEIROS, 2000), o autor reafirma seu ponto de vista e expressa uma leitura, no mínimo, curiosa sobre as diretrizes curriculares. Faleiros deixa a entender que as diretrizes estariam apoiadas na interpretação althusseriana da produção e reprodução das relações sociais e passa a criticá-las com base nessa compreensão. Caso fosse esta a concepção que as informasse, eu também reforçaria o coro no combate ao "marxismo sem sujeito". Talvez Faleiros tenha se esquecido que a produção e reprodução das relações sociais é central na análise de Marx, tratada no conjunto de sua obra e, em especial, no Livro I, Capítulo VI, Incêdulo de *O Capital* (MARX, 1974) E até onde sei, o colega não atribuiria a Marx qualquer visão a-histórica, que privilegiaria as "estruturas" em detrimento do sujeito.

Na contra-tendência da crise de longa duração que remonta aos anos 70, verificam-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado oligopolizado em um contexto de mundialização do capital, alterando as relações Estado e sociedade. Internacionalização não mais orquestrada pelo capital industrial, mas pela financeirização da economia em um novo estágio de acumulação capitalista.

Importa destacar quatro aspectos centrais que atribuem novas mediações históricas à produção da questão social na cena contemporânea:

1. Como sustenta Salama (1999), a lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão. É tributária dessa lógica a volatilidade do crescimento que redundando em maior concentração de renda e aumento da pobreza, expressando um "apartheid social". Ampliam-se as desigualdades distribuídas territorialmente, a distância entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados. A abertura abrupta da economia nos países da periferia dos centros mundiais, conforme orientação dos organismos multilaterais, vem redundando em uma ampliação do déficit da balança comercial, no fechamento de empresas nacionais, na elevação da taxa de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos. As importações substituem parte da produção nacional, em um verdadeiro processo de "substituição das importações". A economia passa a mover-se entre a reestruturação de sua indústria e a destruição de parte do aparato industrial que não resiste à competitividade dos grandes oligopólios e à grande expansão das exportações e importações. Cresce a necessidade de financiamento externo e, com ele, a dívida interna e externa, os serviços da dívida - os pagamento de juros -, ampliando o déficit comercial. As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliada às elevadas taxas de juros, geram escassez de recursos para investimento e custeio. Favorece os investimentos especulativos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas.

2. Na esfera da produção, o padrão fordista-taylorista tende a ceder a liderança à "especialização flexível" (Piore e Sabel) ou "acumulação flexível" (Harvey, 1993). A "flexibilidade" sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo, etc. Atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego. Estabelece-se uma ampla competitividade no cenário internacional e a qualidade dos produtos é erigida como requisito para enfrentar a concorrência.

A exigência é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade. Nesta lógica, o rebaixamento dos custos do chamado "fator trabalho" tem peso importante, envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de salário e direitos conquistados. A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada quanto governamental. A concorrência entre os capitais estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, que revoluciona a produção de bens e serviços. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática, dentre outros avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Verificam-se, em decorrência, mudanças nas formas de organizar a produção e consumir a força de trabalho, envolvendo amplo enxugamento dos postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho. Reduz-se assim a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital.

3. Complementam esse quadro, radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pela terapêutica neoliberal, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelo "Consenso de Washington". (BAPTISTA, 1994). Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (GRASSI, *et alii*, 1994). A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

4. Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas de sociabilidade. Vive-se a "sociedade de mercado" (LECHNER, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado - este tido como o eixo regulador da vida social -, invadem diferentes esferas da vida social. Uma lógica pragmática e produtivista erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma *mentalidade utilitária*, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a "se virar" no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade - "é assim mesmo, não há como mudar" -, ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes majorias. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um "é livre" para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais.

Nesse cenário a "velha questão social" metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas - na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação - no âmbito da trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o ranking mundial da desigualdades, mas espraçando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais. A fecundidade do legado analítico de Marx é confirmado - e não desqualificado -, ao se apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão, ao tempo em que aprofunda-se sua radicalidade, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida das classes subalternas. Apreender essas novas mediações é condição mesmo de assegurar a fidelidade ao método de Marx - em sua radical historicidade -, desafiando os pesquisadores a decifram os processos sociais reais. Requer um embate contra a vulgata marxista - que informa grande parte da crítica a essa tradição intelectual - ao congelar as categorias analíticas na busca ingloria de sua "aplicação" à realidade, no lugar de concebê-las como resultado necessário de um movimento da razão crítica na apreensão do processo histórico na sua multidimensionalidade, reelaborando-o na esfera do pensamento mediante o recurso da abstração, de modo a traduzi-lo enquanto concreto pensado, imprimindo-lhe inteligibilidade.

3. Estratégias para o enfrentamento da questão social e Serviço Social

As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social. (OLIVEIRA e SALLES:1998; BRAVO:1996; PEREIRA:1998)

O primeiro projeto, de caráter universalista e democrático, informa a concepção da seguridade na Constituição Federativa de 1988. Aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. Pensar a defesa dos direitos, requer afirmar a primazia do Estado - enquanto instância fundamental à sua universalização - na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização e da democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias. Implica partilha e deslocamento de poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação. Supõe portanto politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados¹².

No Brasil, no âmbito governamental, é da maior importância o trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais nesse campo. Merece destaque a atuação desenvolvida junto aos conselhos de saúde e de assistência social nas esferas nacional, estadual e municipal, além dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais. Segundo dados do MPAS/SEAS em fevereiro de 2000 existiam conselhos de assistência instalados em 4383 municípios, dos 5 506 existentes no Brasil. (Cf. Demonstrativo dos Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social, fevereiro. de 2000).

Faz-se necessário, promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Torna-se fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência

de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob a sua direção, tendo no voluntariado seu maior protagonista. Representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ídeo-política de modo a assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade. Nesse sentido faz-se necessário assumir, mas também extrapolar, os espaços oficiais dos Conselhos. E reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais¹³. E ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o partilhamento de poder e a intervenção em processos decisórios, mas também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública.

Encontra-se aí uma provocação, no nível da formação profissional, no sentido de re-pensar o trabalho de mobilização e educação popular, o que não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando as conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

Esse primeiro projeto é polarizado por um outro tipo de requisição, de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subverte o preceito constitucional. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias - vistas com um dado não passível de questionamento - que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais. A leitura dos orçamentos governamentais, apreendidos como uma peça técnica, silencia os critérios políticos que norteiam a eleição das prioridades nos gastos, estabelecidas pelo bloco do poder. A viabilização dos direitos sociais - e em especial aqueles atinentes à seguridade social - pauta-se segundo as regras de um livro-caixa, do balanço entre a crédito e déficit no "cofre governamental". Conforme foi discutido no II Encontro de Serviço Social e Seguridade Social¹⁴, o

¹² Conforme pronunciamento de Marco Aurélio Nogueira no II Encontro Nacional de Seguridade Social. Porto Alegre (RS), nov. de 2000.

¹³ CARDOSO (1995) e ABREU (1996) e SILVA (1995) são partes de um grupo de intelectuais que vem mantendo vivo este debate no interior do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo.

¹⁴ O II Encontro Nacional de Seguridade Social, promovido pelo conjunto CFESS/CRESS, foi realizado em Porto Alegre em novembro de 2000 e contou com cerca de mil participantes.

orçamento público é a "caixa preta" das políticas sociais governamentais, em especial da seguridade social. A elaboração e interpretação dos orçamentos passam a ser efetuadas segundo os parâmetros empresariais de custo/benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade. O resultado é a subordinação da resposta às necessidades sociais à mecânica técnica do orçamento público, orientada por uma racionalidade instrumental. A democracia vê-se reduzida um "modelo de gestão", desaparecendo os sujeitos e a arena pública em que expressam e defendem seus interesses.

Essas considerações também desafiam as instâncias de formação universitária no sentido de capacitar os futuros assistentes sociais, mediante elementos teóricos e técnicos, para a leitura crítica dos orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político ora em construção. É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais- dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. E também formar competências requeridas para a captação de recursos junto às fontes de financiamento. É o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar ações inovadoras capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Aquele conhecimento é pre-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela mídia. Isso requer também estratégias técnico-políticas no campo da comunicação social -no emprego da linguagem escrita, oral e midiática-, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes para além das demandas instituídas.

As condições e relações de trabalho em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações Estado e sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social. Segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da "estratégia estatizante", afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas - de abrangência universal,- no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas

sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais

Esse processo expressa-se em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para "organizações da sociedade civil de interesse público" e outro, em uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais, o que é evidente no campo da saúde, da educação entre muitos outros.

O chamado "terceiro setor", na interpretação governamental, é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, daria origem a uma "esfera pública não estatal", constituída por 'organizações da sociedade civil de interesse público'. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas; o voluntariado e organizações não governamentais: desde aquelas combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada "filantropia empresarial". Chama atenção a tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações -as chamadas entidades civis sem fins lucrativos-, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e "complementares", destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao "bem comum", discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

A universalidade no acesso nos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando

a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto¹⁵ do assistente social seja idêntico - no seu conteúdo útil e formas de processamento - o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

B) Uma *progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais* vem ocorrendo com a privatização das políticas sociais. Nesse processo os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias, em detrimento dos direitos sociais de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado. O substitutivo são os *direitos atinentes à condição de consumidor* (Cf. MOTA:1995). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são os que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se inscreve o assistente social¹⁶. O grande capital ao investir nos serviços sociais passa a demonstrar uma "preocupação humanitária", coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. Trata-se de ainda, um reforço à necessidade de transformar propósitos de classes e grupos sociais específicos em propósitos de toda a sociedade: velha artimanha, historicamente assumida pelo Estado e que hoje tem a mídia importante aliada nesse empreendimento.

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se à direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio - o do mercado - mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais valia decorrentes da industrialização dos serviços.

Historicamente os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizados na linha de frente das relações entre população e

instituição ou nos termos de Netto (1992) 'executores terminais de políticas sociais'. Embora este seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas - com ênfase na sua municipalização - requer dos assistentes sociais - como de outros profissionais- novas *funções e competências*. Estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais*. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções.

As diretrizes curriculares, hoje em processo de implantação na maioria das unidades de ensino, são fonte de desafios e polêmicas. Fruto de elaboração coletiva, vem diversificando e enriquecendo a pauta do debate, estimulando a pesquisa criadora e aprofundamento de questões acadêmico-profissionais herdadas de décadas anteriores¹⁷. As relações entre questão social, trabalho e Serviço Social são um desses desafios centrais, que perpassam centralmente o projeto acadêmico-profissional.

Desde os anos 80, é sustentado que a *questão social, - indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado-* encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social. (IAMAMOTO, 1982; NETTO, 1992). Ela tem sido analisada como o elemento fundante do exercício profissional na sociedade, cujas múltiplas expressões são alvo do exercício profissional, o qual interfere no seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso a direitos sociais e do exercício da cidadania. Como foi discutido, esse terreno sobre o qual incide o exercício profissional do assistente social- mediatizado por organizações e políticas públicas e/ou privadas - é tributário das formas de organização, gestão e defesa do trabalho na atualidade, assim como das relações entre o Estado e a

¹⁵ Trabalho concreto é aqui utilizado no sentido de Marx, como trabalho de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie.

¹⁶ Por exemplo, o assistente social tem sido chamado a fazer auditoria nos hospitais para as empresas seguradoras de saúde que os empregam, a fim de verificar que se a estatística hospitalar é procedente, se os atendimentos e serviços registrados foram efetivamente realizados, identificando o nível de satisfação do cliente com o atendimento efetuado e fiscalizando os gastos hospitalares declarados aos planos de saúde. Essa atividade já não trata de direitos sociais, pois envolve compra e venda de serviços.

¹⁷ É exemplar desse processo os números 1 e 2 da *Revista Temporalis*, da ABEPPS, além do presente.

sociedade, que se refratam na destinação orçamentária para as políticas sociais, que reclamam o controle público, alterando as condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social.

Nesse âmbito, uma das polêmicas diz respeito ao significado do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982), enquanto uma especialização do trabalho, hoje retomado na esteira das diretrizes curriculares. Como uma das protagonistas deste debate, gostaria de expor, ainda que sinteticamente, o meu ponto de vista a respeito. Desde os anos 80, tenho como preocupação central a análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais¹⁸, situando-a enquanto uma especialização do trabalho coletivo. O eixo de minha análise salienta o caráter contraditório do Serviço Social, derivado do caráter mesma das relações sociais, enquanto relações de classes, que constituem a sociedade capitalista. Situa o Serviço Social como atividade auxiliar e subsidiária na reprodução da força de trabalho – via a prestação de serviços sociais, vistos enquanto salário indireto –, do controle social e da ideologia, parte do processo de disputa pela hegemonia, recriando necessariamente as contradições entre as classes, suas desigualdades e as lutas entre os sujeitos sociais nessa sociedade. A análise enfoca o Serviço Social no âmbito da totalidade social¹⁹.

A hipótese que apresento é a de que o debate coletivo, construído nas duas últimas décadas, enriqueceu a análise da profissão ao tratar, sob distintos ângulos e matizes, o conteúdo técnico-profissional desse trabalho concreto. Ou seja, sua natureza e resultados particulares enquanto trabalho útil na divisão social e técnica do trabalho²⁰. Entretanto, no âmbito das condições e relações de trabalho em que se situa o assistente social como um trabalhador assalariado, os investimentos foram laterais ou quase inexistentes. Refiro-me à forma social assumida por essa atividade profissional no âmbito da totalidade das relações

¹⁸ A reprodução das relações sociais, convém lembrar, é assim discutida: “Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matéria primas) A noção de reprodução engloba-os enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Referência à produção das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosófica, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982:72).

¹⁹ Esta posição que é integralmente reafirmada na atualidade, ao contrário do que apontam analistas afoitos em identificar rupturas onde elas não existem – a não ser em suas próprias leituras, que requerem maior rigor e precisão (Cf. RAMOS e GOMES, 2000).

²⁰ Além da análise do Serviço Social na divisão social e técnica trabalho, outros ângulos de leitura da profissão constam na literatura especializada como, por exemplo, o *sincretismo* (NETTO:1992), os dilemas entre identidade e alienação (MARTINELLI:1989), a assistência social (YASBEK:1993 e SPOSATI:1988) as relações de poder, força e exploração (FALEIROS:1987,1997), a que se soma a outros autores no *veio gramsciano*, cujo balanço pode ser encontrado em SIMIONATTO (1993).

sociais. Em outros termos, as implicações da mercantilização da força de trabalho especializada do assistente social, impõe que a análise do trabalho concreto seja articulada à órbita do *trabalho abstrato*, típica da sociedade capitalista, que se afirma como a sociedade da mercantilização universal. Essa sociedade afirma uma forma histórica de individualidade social – de desenvolvimento humano e de alienação- cujo selo distintivo é tributário do caráter social assumido pelo trabalho enquanto valor e da forma mercantil (e seus desdobramentos na forma dinheiro, capital e propriedade fundiária). Inaugura uma específica qualidade de conexão social entre os indivíduos: a independência pessoal fundada na dependência das coisas. Generaliza a forma mercadoria como a forma elementar da riqueza e da satisfação das necessidades sociais, “derivadas do estômago ou da fantasia” (MARX:1985, T. I), processo esse que atinge hoje os mais recônditos núcleos da vida em sociedade. Esse processo é hoje radicalizado ao se comprimir a responsabilidade governamental às respostas à questão social, erigindo-se o mercado como centro regulador da vida em sociedade, alimentado pelo velho ideário liberal, hoje realimentado e radicalizado.

Não se pode pensar a profissão pois, com idênticas mediações históricas típicas dos “30 anos gloriosos” – do pós guerra à meados da década de 70 – porque alteraram-se as condições e relações que presidem a organização desse trabalho na sociedade atual como o já amplamente analisado. Faz-se pois necessário de pensar o exercício profissional em suas implicações na órbita das condições e relações de trabalho em que se inscreve, salientando tanto suas características enquanto trabalho concreto, quanto seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social, pensando em suas implicações enquanto trabalho abstrato. Este é um dos desafios importantes, que requerem dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à pesquisa das estratégias acionadas para fazer frente à questão social (desde a ressurreição do espírito filantrópico, a desprofissionalização do trabalho comunitário com o chamamento ao voluntariado, o fetiche da solidariedade no reforço das desigualdades, entre muitos outros aspectos), a investigação sobre as necessidades sociais das classes subalternas e as novas feições do mercado de trabalho.

As diretrizes curriculares situam o exercício profissional no centro da formação, no esforço de ultrapassar o tratamento residual que tem sido atribuído ao “ensino da prática”, geralmente relegado a um papel secundário nos currículos plenos, como se fosse destituído de dignidade acadêmica ante às disciplinas tidas como de maior fôlego teórico. E um dos caminhos propostos para esse reversão é a centralidade que as diretrizes curriculares atribuem ao debate sobre trabalho e sociabilidade e a análise do Serviço Social inscrito em processos de trabalho apresentam na formação conectada às radicais mudanças que se processam na atualidade na esfera do trabalho e nos sujeitos que o realizam, entre os quais os

assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados. As condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social não são unívocas, mas diversas e múltiplas, envolvendo a esfera governamental, as empresas privadas, organizações filantrópicas, organizações de trabalhadores e a assessoria a movimentos sociais, com específicos vínculos de trabalho – mais além das emergentes cooperativas de venda de serviços. Essas diferentes inserções, que envolvem contratos e relações diferenciadas com sujeitos sociais também distintos, estabelecem limites e possibilidades ao trabalho concreto do assistente social, moldando-o, juntamente com o protagonismo do seus agentes, nessas várias circunstâncias e redimensionando as formas em que se apresentam o seu significado social.

Esta realidade é um dos desafios a enfrentar tanto na formação como no exercício cotidiano. E para pensar o Serviço Social nesse momento histórico o uso criador do método legado por Marx é um recurso analítico fecundo para análise das inéditas realidades do presente. Exige *afinar e refinar os recursos analíticos* para, a partir de um atento acompanhamento dos processos histórico-sociais, analisar o significado social do trabalho profissional no presente, incorporando e ultrapassando a produção acumulada até então. Aprender as relações entre trabalho, questão social e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contrarrestar a *programática neoliberal* em favor das necessidades e interesses da coletividade.

A categoria dos assistentes sociais articulada às forças sociais progressistas vem envidando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma 'democracia de base' que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania – preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada -, na construção de uma forma histórica de sociabilidade que se oriente no sentido de ultrapassar a esfera da necessidade para o universo presidido pela liberdade, possibilitando o desenvolvimento de todos e de cada um dos indivíduos sociais.

Já anunciava Guimarães Rosa, "viver é muito perigoso". Vale o perigo de viver quando a contrapartida é a afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais, surpreendendo o presente na antecipação do futuro, traçando outros rumos para história, pois, como canta o poeta, "o vento liberta-se ventando". (Murilo Mendes).

Bibliografia Citada

- ABREU, M. "A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana". *Serviço Social e Sociedade* n° 51. São Paulo, Cortez, ano XVII, ago. 1996, p. 61-75.
- ADUFRJ. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano V 17 a 23 de setembro de 1999.
- BAPTISTA, P. N. "O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos" *Cadernos da Dívida Externa* n°3. São Paulo, Programa Educativo da Dívida Externa –PEDEX- 2ª ed., 1994.
- BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Cortez/UFRJ, 1996
- CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo, Cortez Ed./ EDUFMA, 1995
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998
- FALEIROS, V. P. *Saber Profissional e Poder Institucional*. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1977.
- _____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. "Aonde nos levam as diretrizes curriculares?" In: *Temporalis 2*. Brasília, ABEPSS, jul-dez. de 2000, p. 163-182.
- GRASSI, E. et alii. *Políticas Sociales, Crisis y Ajuste Estructural*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 1994.
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.
- IANNI, O. "A Questão Social" In: *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992, pp.87-109.
- LESSA, S. "Serviço Social e trabalho: do que se trata?". In: *Temporalis 2*. Brasília, ABEPSS, jul-dez. de 2000, p. 35-58.
- LECHNER, N. "Los condicionantes de la gobernabilidad democrática en America Latina en fin de siglo". In: FILMUS, D. (Comp.) *Los noventa. Política, sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo*. Buenos Aires, FLACSO/ EUDEBA, 1999.

- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1989
- MARX, K. "Teses sobre Feuerbach" In: MARX, K e ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo, ed. Sociais, 1977.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Política (Grundrisse)*. 1857-1858. 2 vols. Mexico, Siglo XXI, 12ª ed., 1978.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, III Tomos, V vols.
- _____. *El Capital. Libro I. Capitulo VI. Inédito*. Argentina, Siglo XXI, 1974.
- MARX, K. *Miseria de la Filosofia*. Argentina, Siglo XXI Ed., 1970.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992
- OLIVEIRA, H. C e SALLES, M. A (Orgs.) *Relatório das Sessões Temáticas. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Trabalho e projeto ético-político profissional*. CFESS. Goiânia, julho de 1998.
- PEREIRA, P. "A política social no contexto da seguridade e do Welfare State: a particularidade da assistência social". In: *Serviço Social e Sociedade n° 56*. São Paulo, Cortez, 1998.
- RAMOS, M. H. R e GOMES, M. F. C. "Trabalho produtivo e improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional". In: *Temporalis 2*. Brasília, ABEPSS, jul-dez. de 2000, p. 59-94.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo Ed. 1999.
- SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- SPOSATI, A. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- STEIN, R. "A (nova) questão social e as estratégias de seu enfrentamento". *Ser Social n°6*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social UNB. DF, jan. a jun. 2000, p.133-168.
- YASBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 1993.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.

Maria Carmelita Yazbek¹

Abordar expressões da questão social brasileira nos anos recentes é enfrentar uma temática bastante ampla e complexa, que supõe opções acerca de aspectos a serem abordados. Assim sendo, este texto privilegia a análise da pobreza e da exclusão social como algumas das resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade e com as quais nos defrontamos cotidianamente em nossa prática profissional. Envolve, também, uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público no país no contexto da crise mais global com que se defrontam as políticas públicas, particularmente as políticas sociais, na sociedade contemporânea. Crise que por sua vez se explica nos marcos mais globais de redefinições do capitalismo e que traz graves conseqüências para os trabalhadores, pois trata-se de um processo de "mudança social regressiva" (Oliveira, 1999) que se expressa de diferentes formas, abrangentes e assimétricas, que não analisaremos aqui, e que trazem graves conseqüências para o tecido social em geral e particularmente para as relações de trabalho. Efetivamente, a lógica contemporânea de reprodução do capital, subordinada a um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, vem produzindo "o caminho da irresponsabilidade global" e construindo uma trama social na qual "rompem-se as regulações que bem ou mal, ordenavam a desigualdade" constitutiva do capitalismo. (Paoli, 1999).

Obviamente, parto do debate acumulado no âmbito do Serviço Social que situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade. Ao colocar a questão social como referência para a ação profissional, estou colocando a questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Estou colocando em questão, portanto, a luta pela apropriação da riqueza social. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente. Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos: 1 - as transformações das relações de trabalho; 2 - a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais

¹ Doutora em Serviço Social. Professora do Programa de Pós graduação em Serviço Social da PUC/SP. Representante de área do Serviço Social na Capes.

vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados.

É neste âmbito que situo a condição de pobreza, exclusão e subalternidade em que se encontra grande parte dos brasileiros, em um sistema de grande desigualdade que vem aumentando continuamente, sobretudo a partir dos anos 90. O Brasil é um campeão de concentração de renda e riqueza. O salário mínimo é dos mais baixos do mundo Segundo dados do IBGE - Indicadores Sociais 1999 - um rico ganha o mesmo que 50 pobres; 1% da população brasileira detém 13,8% da renda total do país e os 50% mais pobres ficam com 13,5%. Conforme o IPEA 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza (80 reais por mês) e dentre estes 24 milhões vivem abaixo da linha de indigência, isto é, com 40,00 reais por mês. É importante assinalar que, para além desses indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças (Martins, 1991) Por outro lado, a abordagem conceitual da exclusão, configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. É uma exclusão integrativa como assinala Martins. Para ele estamos diante de um processo que se atualiza e alcança grupos crescentes "nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres" (lembra aqui os negros, os velhos, as mulheres, as diferentes etnias etc).

Finalmente a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de "qualidades negativas" e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes

subalternas e de seus interlocutores na vida social. É Satriani (1986:96) que nos recorda que o mundo dos dominados e o mundo dos dominadores não se encontram monoliticamente contrapostos, mas têm pontos de contato, exatamente aqueles onde o domínio se exerce. Do ponto de vista cultural, são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação, mas de qualquer modo, é possível observar nelas que as ações e representações das classes subalternas correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam na trama de relações sociais.

É bom lembrar ainda, que a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas (Telles, 1998). Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representam uma mesma ordenação da vida social.

A proporção de trabalhadores brasileiros que está fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem garantias de proteção social cresce continuamente e hoje ultrapassa mais da metade da população economicamente ativa (dobrou na última década). Isto em um contexto de subalternização do trabalho à ordem do mercado e de desmontagem de direitos sociais e trabalhistas.

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. Sinais que expressam também, o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro. Incompatibilidade legitimada pelo discurso, pela política e pela socialidade engendrados no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e "inadaptados" à vida social não reconhece seus direitos sociais. "Não por acaso, onde antes o discurso da cidadania e dos direitos tinha algum lugar ou pertinência no cenário público, é hoje ocupado pelo discurso humanitário da filantropia" (Telles, 1998:19).

Os liberais entendem necessária a filantropia revisitada, a ação humanitária, o dever moral de assistir aos pobres, desde que este não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade. É importante lembrar que o renascimento de ideais liberais vai se confrontar com práticas igualitárias, referendar as práticas diferenciadoras do mercado, transformando direitos em ajuda, em favor. Nesta lógica, além da redução de recursos para a área social, resultante dos ajustes estruturais, estamos de volta aos programas mais residuais, sem referência a direitos. As seqüelas da "questão social" expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade de grande parte dos brasileiros, tornam-se alvo de ações solidárias e da filantropia revisitada.

A articulação trabalho, direitos e proteção social que configurou os padrões de regulação sócio-estatal do Welfare State, cuja institucionalidade sequer alcançamos, está em crise. São mudanças que se explicam nos marcos de reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado e que vem sendo implementadas por meio de uma reversão política conservadora, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da produção e distribuição da riqueza social. Faz parte deste quadro a crônica crise das políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora.

Entendo que está em construção uma forma despolitizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos efetivos e diferentes interesses em jogo.

"A força e o alcance das políticas de destruição democrática feitas em nome da própria democracia, com sua eficácia em encolher o mundo público feita em nome da liberdade, com a redução da cidadania aos bem sucedidos no empreendimento privado mercantil, com o desprezo público pelas instituições universais de representação e negociação coletivas dos interesses proferido em nome da modernidade, com o constante solapar dos direitos sociais e trabalhistas feito em nome da justiça" (Paoli, 1999:10), despolitiza o reconhecimento da questão social brasileira, como expressão de relações de classe e neste sentido desqualifica-a como questão pública, questão política, questão nacional, numa sociedade privatizada que desloca a pobreza para o "lugar da não política, onde é figurada como um dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia" (Telles, 1998:15).

É essa despolitização que ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres e excluídos em nossa sociedade está na base do atual sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação de políticas sociais, da destituição de direitos trabalhistas e sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social. Essa refilantropização é

construída a partir de referências não políticas, mas de "iniciativas morais de ajuda ao necessitado, que não produzem direitos, não são judicialmente reclamáveis" (Raichelis, 1997: 7) e convive com "a indiferença diante de um mundo privatizado e ainda mais desigual que antes".

Alteram-se e despolitizam-se na sociedade os padrões de proteção social.

No labirinto de problemas do país, a questão do reconhecimento de direitos sociais enfrenta recuos constitucionais. Crescem os "abismos entre o país real e o país legal" Enfrenta-se "o encolhimento da possibilidade de enunciação, no plano simbólico e político, dos direitos de cidadania em espaços públicos que possam ser regidos pelo debate, pelo conflito e pela negociação" (Paoli e Oliveira, 2000).

Assim, o "modelo" é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de ideais liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

O Estado brasileiro, hoje, é um Estado que anuncia em seu Plano Diretor que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado no qual as questões relativas à pobreza e à exclusão social são alvo de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente (ou nem isso?) para minimizar as conseqüências negativas dos programas de ajuste estrutural.

Nossa hipótese é que, frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Permanecerão políticas ad hoc, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais. Embora seja bom lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo atributo efetivo das políticas sociais no país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade.

Limites de ordem estrutural como a falta de emprego e a má

distribuição de renda, ao lado do padrão de intervenção caracterizado pela redução de investimentos e pela baixa efetividade agravam este quadro.

Assim sendo, o incipiente sistema de proteção social brasileiro, e particularmente a seguridade Social que afiança direitos a partir da Constituição de 1988, vai sendo duramente afetado pelo corte de gastos sociais. Cada vez mais vinculado ao desempenho geral da economia, sofre os impactos das mudanças em andamento nessa esfera. A contenção de gastos na área social pela necessidade de pagamento dos empréstimos internacionais e rolagem da dívida pública, que cresceu de 1995 a 1998 cerca de 86,4% (43% do PIB), tem-se revelado vital para a política econômica, resultante dos acordos com o FMI.

A retração orçamentária dos financiamentos referentes ao conjunto das despesas sociais do governo brasileiro entre 95 e 98 foi de 15%. Nos gastos efetivamente executados, a redução foi maior: em torno de 31% (Paiva, 2000). Em síntese, tudo indica que, no caso brasileiro, as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão neste quadro de regressão de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. Processo marcado pela exigência de contrapartidas e pela busca da lealdade dos subalternos.

Efetivamente, esta regressão neoliberal ao impor-se como lógica do capitalismo atual, consolida a dissociação entre mercado e direitos, aprofunda a cisão entre o econômico e o social, separa a acumulação da produção, instala desregulações públicas, reitera a desigualdade e a diversificação, busca eliminar a referência ao universal e constrói, como já afirmamos tantas vezes, uma forma despolitizada de abordagem da questão social, fora do mundo público.

Colocando a questão em termos mais concretos e próximos da cotidianidade da vida social, na qual o assistente social trava o embate a que se propõe: o de construir um projeto ético/político na direção de outra sociabilidade que não a capitalista, tenho mais perguntas que respostas. Embora tenha uma certeza: de que é possível refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.

Como construir este projeto no tempo miúdo da ação profissional, trabalhando com o "homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer história, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros..." (Martins, 2000:12) Não podemos esquecer que esse homem convive com o caminho da desesperança, viu os últimos redutos de sua dignidade, na busca de vencer as dificuldades, ser invadido pela bebida, pela doença mental, pela violência, pela fome.

Difícil é a passagem de nossa compreensão teórico-metodológica,

totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão desse homem com que nos deparamos na vida de todo dia nas mais diversas situações. Sabemos que as seqüelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Sabemos também que em nossa prática cotidiana a relação com o real é uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. E, aí se colocam nossos limites e nossas possibilidades. Limites de várias ordens, mas, sobretudo limites de ordem estrutural.

Como, convivendo com o poder do capital sobre o trabalho, com as mais diversas manifestações da questão social, trabalhando nos limites da realidade, com suas complexas indagações e opressões, compreender, recusar e intervir? A que parâmetros recorrer? Como construir mediações e como desvendar as mediações do real? Como capturar esse homem comum que se apresenta diante de nós com fome, analfabeto, sem trabalho ou na informalidade, alvo de violências, criança, adolescente, doente mental, portador de deficiências, mulher, velho, desamparado, consumidor de drogas, homem pobre de liberdade, de possibilidades, de oportunidades e de esperanças. Homem desqualificado por clichês (muitos criados por nós): "excluído", "marginal", "inadaptado", "problematizado", portador de "altos riscos", alvo de pedagogias de reerguimento e promoção (Verdès-Leroux, 1986)

Como apoiar seu processo emancipatório, criar condições para seu protagonismo, compreender a dialética de "um fazer história à margem da realidade dominante e das idéias dominantes?"

Para finalizar (e como nota de esperança nesse "caos") gostaria de assinalar que entendo que a reprodução ampliada da questão social é reprodução ampliada das contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamentos e que se a intervenção profissional do assistente social circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania.

Bibliografia

- MARTINS, José de Souza Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989
- _____. O massacre dos Inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991
- _____. A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec, 2000
- MELLO, Sylvia Leser. Trabalho e Sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco e Paoli, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999
- SPOSATI, Aldaiza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. São Paulo: Cortez, 1998
- TELLES, Vera Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. São Paulo: Polis, 1998
- WANDERLEY et alli. Desigualdade e Questão Social. São Paulo: EDUC, 2000
- YAZBEK, M. Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1998.

CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA "QUESTÃO SOCIAL" *

José Paulo Netto **

Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a "questão social" é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual. *

E o é por razões mais que sólidas: de uma parte, está a pressão que sobre a prática profissional dos assistentes sociais exerce o fato de que, corridas quase duas décadas da derrota da ditadura, a chamada *dívida social*, longe de ser resgatada com a restauração democrática, foi *acrescida*¹; de outra, porque a continuidade do processo de renovação profissional exigiu uma atualização da formação acadêmica que, muito corretamente, está ancorando o projeto formativo na intervenção sobre a "questão social"². Entretanto, rebate ainda nesta saliência da "questão social" o renovado interesse que ela tem despertado sobre investigadores europeus - nomeadamente franceses - cuja obra influi na elaboração de pesquisadores e docentes brasileiros da área do Serviço Social.

Assim, a atualidade da "questão social" se põe tanto para os assistentes sociais de *campo* quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social.

Mas é fato que a expressão "questão social" não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado - muito particularmente porque favorece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada. Por isto, considero extremamente oportuno que os organizadores do VII ENPESS tenham reservado um espaço para tematizar especificamente a "questão social".

E, agradecendo o convite para participar deste evento, quero desde já assinalar o caráter extremamente modesto da minha intervenção, que busca,

* Transcreve-se aqui o esquema que o autor desenvolveu na sua intervenção no marco do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Serviço Social (ABEPSS), realizado entre 21 e 24 de novembro de 2000, na Universidade de Brasília (UnB).

** Professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ E para este acréscimo não foi pequena a contribuição oferecida pela orientação macroeconômica que os dois governos FIC implementaram, com o respaldo dos organismos representativos do capital financeiro internacional e para gáudio dos seus sócios nativos, além, naturalmente, da alegre capitulação de boa parte da intelectualidade acadêmica. O desastre que esta orientação tem significado para a massa da população brasileira não pode ser abordado aqui - mas alguns dos seus indicadores estão recolhidos no volume organizado por I. Lesbaupin, O desmonte da nação. Balanço do governo FIC (Petrópolis, Vozes, 1999).

² "O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista" ("Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social", ABESS/CEDEPSS. Cadernos ABESS. S. Paulo, Cortez, n° 7, 1997, p. 60).

apenas e tão somente, oferecer algumas determinações teóricas e históricas para circunscrever o que entendo como "questão social", no marco da tradição teórico-política em que ainda me situo, contra ventos e marés - *a tradição marxista*.

1.

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão "questão social" tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político³.

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação⁴.

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ídeo-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida⁵. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiqüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava⁶.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de

³ Desde um legitimista francês como Armand de Melun a um jovem revolucionário alemão como F. Engels (cf. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. S. Paulo, Global, 1986). Curiosamente, a expressão "questão social" emerge praticamente ao mesmo tempo em que surge, no vocabulário político, a palavra socialismo.

⁴ O texto de Engels, referido na nota anterior, é apenas um exemplo de uma larga bibliografia, na qual concorreram autores de posições ídeo-políticas as mais diversas (com destaque para Villemé, Dupétioux, Buret). Até mesmo um conservador como Tocqueville ocupou-se do problema, na sua Mémoire sur le paupérisme, apresentada à Academia de Cherbourg em 1835.

⁵ No seu ensaio As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário (Petrópolis, Vozes, 1998, p. 284), Robert Castel assinala que autores como E. Buret e A. de Villeneuve-Bargemont tinham consciência da novidade do pauperismo em questão, cabendo mesmo a sua caracterização como uma nova pobreza.

⁶ Dados quantitativos do quadro do pauperismo europeu estão disponíveis tanto em obras estritamente históricas (cf., por exemplo, E. J. Hobsbawm, A era das revoluções. 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, ou, especificamente para a Inglaterra, E. P. Thompson, A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, I-II-III, 1987) quanto em textos de natureza sociológica (cf. o citado trabalho de R. Castel). Releva notar que, no século XX, muito antes do interesse acadêmico "descobrir" os excluídos, foi um marxista norte-americano quem dedicou especial atenção ao pauperismo (cf. a obra, originalmente publicada em 1936, de Leo Huberman, História da riqueza do homem. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986).

vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão.

A designação desse pauperismo pela expressão "questão social" relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions⁷, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como "questão social".

2.

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão "questão social" deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ídeo-político - ela desliza, lenta mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador.

O divisor de águas, também aqui, é a Revolução de 1848. De um lado, os eventos de 1848, cerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto seus representantes ideológicos) a compreensão dos nexos entre economia e sociedade - donde a interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização. Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a "questão social" perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente).

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da "questão social" (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo

⁷ Uma síntese bastante didática da história do movimento operário encontra-se em W. Abendroth, A história social do movimento trabalhista europeu (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977).

frente a conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte "científico"), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da "questão social" e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891).

Em qualquer dos dois casos - o que, aliás, explica a perfeita complementariedade político-prática dessas duas vertentes do conservadorismo, mesmo as reduzidas reformas sociais possíveis estão hipotecadas a uma reforma moral do homem e da sociedade. De fato, no âmbito do pensamento conservador - a "questão social", numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da "questão social" é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da "questão social" sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar⁸.

Mas a explosão de 1848 não afetou somente as expressões ideais (culturais, teóricas, ideológicas) do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores: 1848, trazendo à luz o caráter antagonístico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo. Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão "questão social" seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes⁹ - uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a "questão social" está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a

⁸ Não se pode confundir o pensamento conservador, que ganha densidade e expansão após 1848, com o reacionarismo. Se, para este, a alternativa às mazelas da ordem burguesa consiste na restauração do Antigo Regime, o que é próprio ao pensamento conservador é o reformismo, no interior - e sem feri-las - das instituições fundantes do mundo do capital. ⁹ Para que se tenha uma noção das ilusões do utopismo, recorde-se que um de seus mais dotados e conseqüentes representantes, Robert Owen, preparou um memorial dirigido a todos "os republicanos vermelhos, comunistas e socialistas da Europa", enviado tanto ao governo provisório francês de 1848 quanto... à "rainha Vitória e seus conselheiros responsáveis!"

supressão desta conduz à supressão daquela.

A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão "questão social", uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador¹⁰.

3.

Mas consciência política não é o mesmo que compreensão teórica - e o movimento dos trabalhadores tardaria ainda alguns anos a encontrar os instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da "questão social".

Se, já nas vésperas da eclosão de 1848, K. Marx avançava no rumo daquela compreensão - como se pode verificar nitidamente nas suas duas obras mais importantes então publicadas¹¹ - é apenas com a publicação, em 1867, do primeiro volume d'O Capital¹², que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da "questão social". Somente com o conhecimento rigoroso do "processo de produção do capital" Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da "questão social", consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo¹³.

A análise marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867¹⁴, revela a anatomia da "questão social", sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.

A análise de conjunto que Marx oferece n'O capital revela, luminosamente, que a "questão social" está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da "questão

¹⁰ Daí, pois, as aspas que utilizo sempre que a ela me refiro.

¹¹ Penso especificamente na Miséria da filosofia (S. Paulo, Global, 1986) e, em colaboração com F. Engels, no Manifesto do partido comunista (S. Paulo, Cortez, 1998).

¹² Entre as várias edições em português, cf. K. Marx, O capital. Crítica da economia política (S. Paulo, Abril Cultural, vol. I, tomos 1-2, 1983-1984).

¹³ É de notar que, tanto na Miséria da filosofia quanto no Manifesto do partido comunista, Marx prognostica que o desenvolvimento do capitalismo implica em pauperização absoluta da massa proletária. N'O capital é que ele distinguirá os mecanismos de pauperização absoluta e relativa.

¹⁴ Cf., na edição citada na nota 12, o tomo 2, p. 187 e ss.

social"; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por "questão social") está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos.

A análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a "questão social", isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica - bem ao contrário! - redução da produção de riquezas.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A "questão social", nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Da análise teórica marxiana, porém, não se pode derivar o imobilismo sócio-político consistente na espera de um dia D, ou uma hora H, revolucionariamente catastrófica, em que o regime do capital seja reduzido a escombros - e, com ele, desapareça a exploração. Da análise marxiana o que legitimamente fica interdito é, tão somente, qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo.

4.

Na seqüência da Segunda Guerra Mundial, e no processo de reconstrução econômica e social que então teve curso, especialmente na Europa Ocidental, o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de

"as três décadas gloriosas" - da reconstrução à transição dos anos sessenta aos setenta, mesmo sem erradicar as suas crises periódicas, o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico. Não por acaso, a primeira metade dos anos sessenta assistiu à caracterização da sociedade capitalista - evidentemente desconsiderando o inferno da sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo - como sociedade afluyente, sociedade de consumo.

A construção do *Welfare State* na Europa nórdica e nalguns países da Europa Ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana (desde a Segunda Guerra, o carro-chefe do capitalismo mundial), pareciam remeter para o passado a "questão social" e suas manifestações - elas eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com os seus problemas de "subdesenvolvimento". Apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa - apenas os marxistas e uns poucos críticos sociais, como Michael Harrington, que tinha a coragem de investigar "a pobreza, o outro lado da América".

Na entrada dos anos setenta, esgotou-se a onda longa expansiva da dinâmica capitalista¹⁵. À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário - que alcançara significativas vitórias naqueles e nos anos imediatamente anteriores¹⁶ - o capital respondeu com uma ofensiva política (de início, basicamente repressiva - recorde-se o trato que ao movimento sindical brindaram a Sra. Thatcher e R. Reagan - depois fundamentalmente de natureza ideológica) e econômica. O que se seguiu é conhecido (trata-se do que Ruy Braga denominou de a restauração do capital) e não precisa ser retomado aqui¹⁷: a conjunção "globalização" mais "neoliberalismo" veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum "compromisso social" - o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extra-mercado, tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópica social saltou à vista: o capitalismo "globalizado", "transnacional" e "pós-fordista" desvestiu a pele do cordeiro - e a intelectualidade acadêmica, a mesma que em boa parcela considera Marx o criador de um "paradigma em crise", descobriu a

¹⁵ Cf. E. Mandel, *O capitalismo tardio* (S. Paulo, Abril Cultural, 1982).

¹⁶ Cf. o ensaio de Vicente Navarro in Asa Cristina Laurell, org., *Estado e políticas sociais no neoliberalismo* (S. Paulo, Cortez/CEDEC, 1995).

¹⁷ Para as questões subseqüentes, cf. especialmente J. Paulo Netto, *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal* (S. Paulo, Cortez, 1993); David Harvey, *Condição pós-moderna* (S. Paulo, Loyola, 1996); Michel Husson, *Miséria do capital* (Lisboa, Terramar, 1999); O. Coggiola, org., *Globalização e socialismo* (S. Paulo, Xamã, 1997); F. Chesnais, *A mundialização do capital* (S. Paulo, Xamã, 1996); S. de Brunhoff, *A hora do mercado* (S. Paulo, UNESP, 1991); E. Sader e P. Gentili, orgs., *O pós-neoliberalismo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995 e Francisco J. Teixeira e Manfredo A. Oliveira, orgs., *Neoliberalismo e reestruturação produtiva* (S. Paulo, Cortez/UECE, 1998).

"nova pobreza", os "excluídos" etc. - em suma, descobriu a "nova questão social"¹⁸.

Essa caricatural descoberta, nas condições contemporâneas, condições que tornam cada vez mais problemáticas as possibilidades de reformas no interior do regime do capital, mostra-se, a despeito de sua eventual credibilidade acadêmica, com uma anemia teórico-analítica que somente é comparável à anemia das práticas sócio-políticas que propõe como alternativas. Do ponto de vista teórico, não apresenta uma só determinação que resista ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana; do ponto de vista sócio-político, retrocede ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos contratos sociais que restabeleçam vínculos de solidariedade no marco de comunidades ilusórias - uma solidariedade naturalmente transclassista e comunidades pensadas com inteira abstração dos (novos) dispositivos de exploração.

5.

A tese aqui sustentada - e, evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho - é a de que inexiste qualquer "nova questão social". O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações "tradicionais" da "questão social", a emergência de novas expressões da "questão social" que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Esta determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea da "lei geral da acumulação capitalista", precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela "lei geral", objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a "lei geral" opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades

histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da "questão social", em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais¹⁹.

Enfim, duas observações que considero importantes para o debate das breves indicações que me atrevi a formular aqui.

A primeira diz respeito à perspectiva histórico-concreta de construir uma ordem social que vá além dos limites do comando do capital. Como Marx e Engels deixaram muito explícito no Manifesto do partido comunista, não há nenhuma garantia abstrata de que o comunismo - porque é de comunismo que se trata, não tenhamos medo das palavras: trata-se aqui daquela organização social em que, suprimida a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, assegure-se que o livre desenvolvimento da personalidade de cada um seja a condição do livre desenvolvimento da personalidade de todos - venha a substituir a ordem do capital. Mas tudo o que conhecemos acerca da sociedade dos homens nos garante a inviabilidade da perenização da ordem do capital. A história é uma matrona cheia de ardis, não nos enganemos: o que parece sólido se desmancha no ar. Não há garantias prévias da derrota da barbárie - e, por isto mesmo, o futuro permanece aberto.

A possível derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a superação da "questão social". Isto não significa, absolutamente, a realização da Idade de Ouro: os homens e mulheres continuarão a enfrentar problemas, a indagar por que vivem e por que morrem, empenhados em encontrar sentido para as suas vidas limitadas - alguns, ou muitos, se encontrarão vulnerabilizados, formas de cooperação e apoio mútua serão requisitadas e desenvolvidas.

A segunda indicação refere-se ao Serviço Social: sua *raison d'être* tem sido a "questão social" - sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto.

¹⁸ A completa inépcia da noção de "exclusão social" foi assinalada por R. Castel, na obra referida na nota 5 (e a solução do próprio Castel não é satisfatória). A "nova questão social" é mérito do Sr. Pierre Rosanvallon, não por acaso divulgado no Brasil também pelo Partido da Social Democracia Brasileira...

¹⁹ Entre nós, já existe uma tradição que encaminha a investigação neste rumo. Lembremo-nos de algumas obras de Florestan Fernandes e o esforço de "pensar o Brasil" conduzido por Octavio Ianni. Mais recentemente, uma tentativa de avançar nesta direção foi realizada por Luiz Eduardo W. Wanderley (cf. o seu ensaio contido in Vv. Aa., Desigualdade e a questão social. S. Paulo, EDUC, 2000).

QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS DE CIDADANIA

Potyara A. P. Pereira¹

1 - Introdução: ponto de partida da reflexão

Muito tem se falado de uma “nova questão social” e da necessidade de enfrentá-la no marco das transformações econômicas e políticas contemporâneas. No entanto, devo confessar que, apesar de estar consciente de que estamos diante de colossais desafios sociais - que se apresentam como inéditos e desconhecidos - não tenho clareza da existência real de uma “nova questão social”.

Este é o ponto de partida da minha reflexão que, para avançar, precisa, desde logo, ser explicitado.

Quero dizer que não tenho certeza da existência atual do fenômeno que este conceito composto quer representar, seja com o *adjetivo* “nova”, seja com o *substantivo* “questão”.

Portanto, o meu ceticismo em relação ao conceito, vai um pouco além do daqueles que questionam apenas a pertinência do adjetivo. Eu questiono também a justeza do termo “questão” para designar problemas e necessidades atuais, que, apesar de dramáticos e globais, e de produzirem efeitos nefastos sobre a humanidade, *se impõem sem problematizações de peso e, portanto, sem enfrentamentos à altura por parte de forças sociais estratégicas.*

2 - A questão da “questão social”

Se partirmos do princípio de que o conceito *questão social* sempre expressou a relação dialética entre *estrutura* e *ação*, na qual *sujeitos estrategicamente situados* assumiram papéis políticos fundamentais na transformação de *necessidades sociais* em *questões* - com vista a incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias - pergunta-se: de que *questão* estamos hoje falando, se os riscos e necessidades contemporâneos ainda carecem de efetiva problematização? Será que não estaríamos diante de uma *questão latente* que, apesar de inscrita na *contradição fundamental* do sistema capitalista - a *contradição entre capital e trabalho* -, ainda não foi explicitada, dada a posição profundamente desigual dos setores progressistas na atual correlação de forças? Tudo indica que sim.

Tanto que há concordância quase que geral de que os desafios atuais ocorrem e produzem efeitos devastadores num contexto de fraca articulação de

¹ Doutora em Sociologia com pós-doutorado em Política Social na Univ. de Manchester/UK. Professora visitante na UERJ.

atores políticos estratégicos, que, embora não estejam apáticos ou *anômicos*, encontram-se, ainda, sem condições objetivas para - aproveitando as mudanças engendradas por novas forças produtivas - impor uma superestrutura (política, jurídica, cívica, cultural) que lhes seja favorável. Como diz Adam Schaff (1996:295), ao se referir às atuais esquerdas, "as forças sociais que presumivelmente poderiam realizar [essa] missão se encontram atualmente em crise". Sendo assim, elas acabam sendo identificadas como "não-forças" sociais - para usar a expressão de Donzelot (1998:181) - embora, no meu ponto de vista, elas continuem fazendo parte do âmago do processo que, ao mesmo tempo em que as enfraquece, as alimenta como oponentes. Não existe, pois, a meu ver, apartações ou exclusões na dinâmica contraditória das relações aqui indicadas, mas a velha *dominação* capitalista, que, sob nova configuração, subordina às necessidades do capital parcelas consideráveis da população do planeta, impedindo-as de situar-se como iguais nas sociedades divididas em classe.

Portanto, por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer incorporar na agenda pública problemas sociais ingentes, com vista ao seu decisivo enfrentamento, entendo que temos pela frente não propriamente uma "questão social" explícita, mas uma incômoda e complicada "questão social" latente, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças sociais progressistas. Que digam os problemas que, "como cavaleiros do apocalipse", no dizer de Adam Schaff (id.ib.), galopam velozmente contra a humanidade, sem que ninguém - especialmente os poderes públicos e as organizações internacionais - vejam-se instadas a detê-los ou ao menos a se esforçarem para assim proceder.

É o caso do desemprego estrutural - para destacar o mais comentado e temido fantasma da atualidade - cuja instauração está no cerne de uma *mudança civilizacional* (Schaff, 1996; Blanco, *apud* Harnecker, 1999:88). Isto é, de uma mudança que rompe com uma civilização baseada em valores herdados do iluminismo - como igualdade, liberdade, justiça social, e em garantias de direitos sociais e trabalhistas - e ingressa em outra civilização; nesta, esses valores são rechaçados e "o desemprego deixa de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo não prevê mais a incorporação de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo" (Chauí, 1999: 29). Em consequência, tem-se o esvaziamento da sociedade salarial, a perda do poder de pressão e de contra-regulação social dos sindicatos, o desmantelamento dos direitos sociais e o aumento da pobreza relativa e absoluta. No rastro dessa mudança, tem-se, ainda, a substituição de um perfil histórico de proteção social, que tinha como pilares o *pleno emprego*, as *políticas sociais universais* e a *extensão dos direitos sociais*, por um outro, caracterizado, ironicamente, pela *plena ocupação com desemprego e insegurança social*

crescentes. É que, neste segundo perfil, tanto os empregados como os desempregados não têm tréguas, porque, agora, eles são os responsáveis diretos pela sua segurança social e de sua família. Os empregados, diz Agnes Heller (1999:28/29), especialmente os que exercem trabalho profissional altamente qualificado, ganham muito, mas têm que aprender muito, saber muito, trabalhar muito, não tendo, com isso, tempo para outra coisa ou para desfrutar a vida, tornando-se ansiosos, neuróticos e com deficiência de sentido. Já os desempregados, acrescento eu, têm que se desdobrar no mercado informal, nos "bicos ocupacionais", nas tarefas inferiores, fragmentadas, incertas, ganhando pouco, aprendendo pouco, sabendo pouco, mas também vivendo em estado de ansiedade, neurose, sofrimento e insegurança social.

Mas, além do desemprego estrutural, outros problemas cruciais, de dimensões planetárias, estão ganhando terreno, sem causarem grandes comoções sociais. É como se existisse uma insensibilidade coletiva em relação às suas existência e repercussões. Trata-se, para citar os mais conhecidos:

- a) da *ameaça bélica*, com o término da guerra fria;
- b) da *deterioração do meio ambiente*;
- c) do *aprofundamento da desigualdade social*, que vem dando margem ao aparecimento ou reaparecimento de teorias controvertidas como a da *cultura da dependência*, do *darwinismo social* e da *exclusão social*, as quais tratam os pobres como *lumpemcidadãos* ou *subclasses* (*underclasses*) e inspiram políticas sociais minimalistas, domesticadoras, integradoras, quando não punitivas da pobreza;
- d) da *globalização da pobreza*, antes periférica e, agora, visível até nas cidades vitrines do chamado Primeiro Mundo;
- e) do *acirramento do racismo e das lutas étnicas*;
- f) do *desmonte dos direitos sociais*, edificados há mais de um século com a decisiva participação dos movimentos progressistas e democráticos.

Enfim, trata-se de problemas agudizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo de mercado, contra os quais ainda não foi possível articular um *ethos* unificado, a partir do qual atores sociais estratégicos possam efetivamente se posicionar e impor os interesses das classes subalternas.

Dessa forma, apesar de existirem problemas cujos impactos negativos sobre a humanidade são evidentes, eles ainda não foram decisivamente problematizados e transformados em *questões explícitas*; isto é, ainda não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra-hegemônico.

Em suma, com esta afirmação reporto-me aos pressupostos e condições que considero indispensáveis à explicitação da *questão social*: a relação entre

estrutura e sujeitos, traduzida pelo confronto entre *necessidades* (engendradas pela contradição fundamental do sistema capitalista) e *atores sociais* (estrategicamente situados e com poder de pressão para desnudar e esconjurar publicamente as forças subterrâneas que os oprimem). Para tanto, há que existir uma superestrutura minimamente favorável que imprescindida tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política. Mas, é justamente isso que está sendo desmantelado.

Esta é a razão pela qual não considero os problemas atuais como explícitos aspectos, rasgos ou traços da *questão social* capitalista, isto é, da *questão social* constituída na Europa, no século XIX, no marco da revolução industrial, porque essa questão foi assim denominada por expressar contundente *embate político*. Considero, sim, que os problemas atuais - tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da *questão social* - são produtos da mesma contradição que gerou essa *questão*, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. Donde se conclui que a *questão social* não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção - que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais - mas, de embate político, determinado por essas contradições.

3 - A questão da "nova" questão social

Quanto ao *adjetivo* "nova", faço coro com aqueles que discordam dessa qualificação, pelo fato de ela basicamente referir-se às manifestações contemporâneas de problemas que são engendrados pelas contradições fundamentais já referidas e de propugnar métodos de gestão social cuja principal novidade é a de serem diferentes dos adotados pelo *Welfare State* keynesiano.

Efetivamente, não se pode negar que estamos diante de uma nova conjuntura. Os fatores e as condições que contribuíram, em meados do século XX, para transformar o Estado-nação moderno em grande agente regulador e mediador das relações entre capital e trabalho e no *garante* de direitos de cidadania, especialmente os sociais, estão se esgotando. Riscos desconhecidos e críticos para a humanidade emergiram e se expandem em escala mundial. Com a globalização e a reestruturação da economia, e com a desnacionalização do capital, o próprio Estado-nação viu-se afetado na sua soberania e na sua capacidade decisória interna. A unidade de classe, que tanto contribuiu para o sucesso dos movimentos organizados em sua luta pela extensão da cidadania e pela melhoria das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, encontra-se, agora, abalada e minada por uma pluralidade de interesses. A influência cultural do

pensamento de esquerda, que fortalecia o ideário da liberdade com justiça social, está debilitada (Ginner & Sarasa, 1997:11/13). Tudo isso, compõe um quadro que, do ponto de vista conjuntural, é novo, porque a história não se repete. Mas, estruturalmente, esse quadro é determinado pelo secular confronto entre *forças produtivas e relações de produção* que, por sua vez, responde pelo velho fenômeno da desigualdade social, hoje mais acirrada. Este é, recorrendo a Marx, o segredo íntimo, o fundamento oculto de todo o edifício social, e que está na base da questão social (velha, nova, efetiva ou potencial).

Sabemos que, no âmbito da estrutura econômica o fator determinante das mudanças são as *forças produtivas*, identificadas com o desenvolvimento da maquinaria, com a descoberta das novas tecnologias, com o aperfeiçoamento da educação e com as modificações fundamentais no processo de trabalho. São essas inovações que vão criar contradições na ordem econômica prevacente, forçando mudanças nas relações de produção (econômicas, políticas e sociais), e gerando desafios ou problemas que vão requerer a substituição de paradigmas e alterações significativas na relação entre capital/trabalho e Estado/sociedade. Esse processo aconteceu em outros momentos da história e está acontecendo hoje. Só que hoje, sob os efeitos da pressão de novas, avançadas e refinadas forças produtivas, ele está ocorrendo de forma tão intensa e acelerada que identifica-se com uma verdadeira *revolução tecnológica*, chamada por uns de *terceira revolução*, a qual dá origem a uma outra era - a *informacional* - em substituição à era industrial. É por isso que muitos denominam a atual época de *pós-industrial*.

Em vista disso, ninguém, hoje em dia, pode desconhecer a magnitude do avanço das forças produtivas e de seus impactos transformadores. A máquina-ferramenta que impulsionou o desenvolvimento da civilização industrial, está sendo substituída por máquinas de controle numérico e robôs (Harnecker, 1999:84), os quais afetam todas as áreas da atividade humana: do comércio às finanças; da educação ao emprego; da recreação à vida doméstica. Mas, mesmo assim, é válido sustentar que a substituição da máquina mais simples pela mais sofisticada não muda o fato objetivo de que "ambas constituem a base tecnológica da produção capitalista" (Monreal, *apud* Harnecker, 199:88). Por isso é que o "novo" que, na atualidade, qualificaria a questão social, é questionável.

Até nas formas de regulação e gestão social contemporâneas, o "novo" é discutível, embora as políticas sociais hoje veiculadas pelo ideário neoliberal sejam chamadas de "nova geração".

Por falta de alternativas ao pacto interclassista que, entre os anos 40 e 70 do século XX, ajudou a viabilizar o funcionamento do *Welfare State* keynesiano, concebem-se, agora, outros arranjos reguladores, ditos plurais e menos burocratizados, mas que, na prática, reeditam velhas fórmulas que não deram certo no passado. É o caso do modelo denominado de *pluralismo de bem-estar* ou *bem-estar misto* (*welfare mix*), defendido por liberais, e até por segmentos de

esquerda, cuja grande invenção, em resposta à chamada *crise* (também discutível) dos Estados de Bem-Estar, é a de responsabilizar o mercado e a sociedade (especialmente as instituições primárias desta, como a família, vizinhos, amigos próximos) pela provisão social. Em sua versão mais sofisticada, tal concepção vai buscar suporte em pensadores contemporâneos críticos do domínio do Estado sobre a sociedade, como Habermas, e se expressa no discurso de autores como Rosanvallon e de intelectuais pós-modernos, pós-estruturalistas ou democratas radicais, que defendem uma “sociedade ativa” e provedora de bem-estar. Em vista disso, é preciso entender o caráter do pluralismo defendido e o que de fato ele quer inovar, já que, como dizem Johnson (1990:6) e Abrahamson (1995), é evidente que os Estados de Bem-Estar sempre foram pluralistas, no sentido de incorporar uma grande variedade de provedores: o Estado, o mercado, as agências voluntárias, as redes informais de prestação de ajuda. O que se quer, de fato, com tais arranjos plurais modernos, nos quais o Estado, o mercado e a sociedade ora funcionam como subsidiários, ora como complementares ou em combinação, é a criação de uma via para a privatização das políticas públicas, com o conseqüente desmonte dos direitos sociais, que só o Estado pode garantir. É por isso que pensadores como Francisco de Oliveira (1999), ao se referir ao Brasil, conclui que a face real do neoliberalismo nacional é a do *totalitarismo*, caracterizado pelo esvaziamento da esfera pública, pela privatização dos negócios públicos, pela anulação das falas populares, pela desmoralização das demandas sociais e, acrescento eu, pela substituição da política pelo tecnicismo e pelo administrativismo. Por sua vez, Boaventura de Souza Santos chama essa tendência de *fascismo pluralista* por procurar dissolver a concretude da vida política e do processo de contratualização da sociedade, que constitui “a metáfora fundante da vida moderna” (1999), e, portanto, por não prezar o jogo democrático.

4 - Comentários críticos e céticos

Isso explica a defesa neoliberal de princípios e critérios de gestão social que reintroduzem na pauta das prioridades sociais programas e atividades voluntaristas, incertos, seletivos e focalizados na pobreza extrema, ao estilo das velhas Leis dos Pobres elizabetanas e vitorianas inglesas, de séculos atrás. Explica também a recente difusão de concepções equivocadas que, procedentes dos Estados Unidos, afirmam a existência nas sociedades capitalistas atuais de subclasses (*underclasses*), como fruto do inexorável processo de exclusão social e da “cultura da pobreza” cultivados pelo *Welfare State* keynesiano.

Para corrigir essa distorção e livrar as subclasses da *cultura da dependência* do Estado paternalista, tais concepções apoiam-se, agora, em um outro paradigma, que, segundo Abrahamson (1995), vem sendo definido como *schumpeteriano*, porque

vincula a proteção social à contrapartida do trabalho e aposta na criatividade empresarial e na autonomia dos consumidores para imprimir um estilo meritocrático às políticas sociais. Daí a valorização recente do princípio do *workfare*, e não mais do *welfare*, visando a redução dos gastos sociais e o enquadramento dos pobres na ordem social dominante, em troca de qualquer trabalho e salário. Para justificar tal enquadramento, alega-se, como informa Gough (2000), que essas *subclasses* são portadoras de desvios de comportamento, que as impedem de adaptar-se a uma realidade da qual o paternalismo foi banido. Esta é uma velha história, diz Gough (id.ib), cujas raízes estão nos defensores do *darwinismo social*, mas que contem um elemento inusitado que não pode ser desconsiderado. Trata-se da formação de um pensamento que articula o nível macro (econômico) com o micro (moral), para identificar neste último nível escolhas individuais *desviantes*, ditadas por uma *moral negativa* alimentada pelos condenáveis *incentivos econômicos* oferecidos pelas instituições do *Welfare State*. Assim, por esse prisma, as *deficiências de comportamento* que definem as chamadas *subclasses* e as diferenciam dos *pobres merecedores* (os incapacitados para o trabalho), são sintomas de uma crise moral, geradora de um círculo vicioso da *cultura da dependência* ou da *pobreza* - um obsoleto conceito veiculado nos anos 60 pelo contestado antropólogo Oscar Lewis - que reforça a exclusão social.

Tudo isso faz aumentar o meu ceticismo a respeito da pertinência do adjetivo “nova”, com que se quer qualificar a essência dos problemas atuais, assim como a respeito da existência de uma explicitada “questão” social contemporânea. Daí a pergunta: não seriam os problemas atuais um ponto de partida ou precondições constituintes da explicitação da questão social, explicitação essa que iria desnudar as contradições fundamentais do sistema capitalista? E a transformação desses problemas em questão não seria uma importante tarefa dos setores progressistas, incluindo as profissões - uma tarefa talvez mais urgente e complexa do que procurar encontrar respostas técnicas para os males causados por eles? Eu penso que sim, e vejo o Serviço Social brasileiro como uma das poucas profissões afeitas a abraçar essa tarefa.

5 - Desafios epistemológicos para o Serviço Social

Contudo, percebo também que para muitos de nós, assistentes sociais, a questão social não está clara. Ela é, no mais das vezes, vista, genericamente, como a representação das *crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias*, que efetivamente existem e castigam grande parte da humanidade. Até a falta de participação social - um dos elementos-chave (ao lado da conscientização) da constituição da *questão social* - é, muitas vezes, considerada como tal. Isso, coloca, a meu ver, desafios epistemológicos sérios para o Serviço Social porque, sendo a *questão social* o

seu foco privilegiado de interesse científico e político, e em não estando esse foco teoricamente definido, corre-se o risco de tomá-lo analiticamente como um fato inespecífico, caindo-se no relativismo, ou de pensá-lo como um fenômeno espontâneo desfalcado de protagonismo político.

Para melhor delimitar histórica e teoricamente a *questão social*, entendo que pelo menos quatro grandes indagações devem ser formuladas:

- a) qual a diferença entre *questão social* e suas precondições constituintes ou pontos de arranque: *necessidades, desigualdades, crises, etc.*, geradas pelas contradições fundamentais do sistema capitalista?
- b) qual a relação entre o fenômeno denominado *questão social*, ocorrido no século XIX, no marco das transformações produzidas pelo processo de industrialização - que pos em rota de colisão duas forças antagônicas (burguesia e proletariado) - e a chamada *nova questão social*, identificada a partir do final dos anos 70 do século XX, no rastro da chamada *terceira revolução* ou *revolução informacional* - que esvaziou o poder de pressão dos trabalhadores, alijou os sindicatos do controle da exploração da força de trabalho e esgarçou o vínculo entre necessidades sociais e cidadania?
- c) Não seriam as precondições constituintes da *questão social* - que não são inócuas e mantêm consideráveis parcelas da população oprimidas e desesperançadas - que estariam a exigir maior esforço cognitivo e ativo do Serviço Social para serem decifradas, publicizadas e submetidas ao julgamento público, em busca de decisivos enfrentamentos? Tal indagação não retira a *questão social* de nossa pauta privilegiada de considerações, só que a estaríamos enfocando pelas suas *protoformas* ou *latências*, que tendem a se perpetuar livres de perturbações.
- d) Por fim, não estaríamos nós, assistentes sociais, usando o termo *questão social* de forma tão genérica, a ponto de muitas vezes confundí-la com *questões sociológicas* ou questões teóricas que freqüentemente formulamos como nosso ponto de partida de investigação?

A resposta a essas indagações requerem algumas considerações a respeito do termo *questão*.

O termo *questão*, sem o adjetivo *social*, possui, semanticamente, várias conotações. Tanto pode ser sinônimo de *pergunta, interrogação, problema, dúvida*, como pode ser entendido como *litígio, contenda, desavença, conflito, aporia* (dificuldade de ordem racional ou conflito de opiniões e de interesses). Na matemática, na pesquisa, nos procedimentos científicos, por exemplo, *questão* significa a enunciação de uma situação significativa, congruente e dotada de uma problemática que requer solução ou resposta racional. Funciona como um comando

referencial às operações que deverão ser realizadas com vista à sua resolução ou esclarecimento. Por isso, tal *questão* já contém em si os elementos do seu tratamento analítico: o objeto, as suposições ou hipóteses, as categorias de análise, etc. Daí considerarmos esse tipo de *questão* o primeiro fio condutor da reflexão científica, com vista ao seu mais preciso entendimento ou resolução cognitiva.

A ciência e as disciplinas científicas colocam para si mesmas *questões* desse tipo, cujo enfrentamento constitui a pedra de toque do processo de conhecimento. E, este, à medida que avança, exige superação das *questões resolvidas* e formulação de novas, que, por sua vez, repõem novas problemáticas, que conduzem a novos conhecimentos. Portanto, não existe conhecimento científico sem a problematização de um conteúdo (fático ou racional) contida numa questão de partida

O Serviço Social como disciplina científica, que também é, pauta-se por essa orientação, isto é, também adota *questões* para investigação. Por isso, as questões integrantes de sua agenda de estudos, pesquisas e projetos de intervenção, nem sempre são *questões sociais* de fato. Podem ser *questões*, problematizadas a partir de evidências captadas de um amplo espectro de fatos, processos, relações sociais reais (e não constructos), que requerem compreensão e intervenção, como por exemplo: pobreza absoluta, desemprego estrutural, violência urbana, etc. Estes fatos, como sabemos, mesmo estando freqüentemente sob o foco da *mídia* e recebendo por parte dos governos e de setores da sociedade vários tipos de atenção, são, no mais das vezes, *crônicos problemas sociais* que, apesar de produzirem e reproduzirem efeitos deletérios, nunca se transformaram em uma questão de caráter social que obrigasse os poderes públicos a tomar medidas decisivas para o seu mais eficaz equacionamento. Constituem, portanto, *questões não explicitadas*, que se perpetuam como tais, inclusive graças ao tratamento paliativo que recebem.

Se acrescida do adjetivo *social*, a palavra *questão* ganha outro significado. Indica, como vimos, a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagônicos - dada a sua desigual posição na estrutura social - na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos.

Foi com essa caracterização que a *questão social* surgiu na Europa no século XIX. Na sua base não estava um vazio factual, mas necessidades sociais associadas à pauperização crescente da classe trabalhadora, determinada pela tendência capitalista de aumentar a taxa de exploração do trabalho, independentemente da produtividade deste. E foram essas necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerado natural, em explosiva *questão social*. Por isso, a *questão social* é, de fato, *particular* e *histórica*. Não existiu antes da Revolução Industrial,

porque foi a partir dessa revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a *burguesia* e o *proletariado*. Daí Marx qualificar a Revolução Industrial como a fase prévia da luta de classes e como gestora de novas condições de opressão dada a imposição, desde então, da *burguesia* como classe dominante.

Portanto, foi uma necessidade social problematizada por atores estratégicos - o pauperismo das massas trabalhadoras, no século XIX - que serviu de *leitmotiv* do processo de constituição da questão social, num quadro particular de relações entre classes antagônicas e de conscientização dos dominados das determinações sociais e políticas daquela necessidade.

Por essa perspectiva, a *questão social* constitui um estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, e o que mais claramente exige definições políticas dos atores em presença. Pois é perante a esse tipo de *questão* que atores sociais, incluindo as profissões, vão se posicionar a favor ou contra o seu mérito e participar da formulação e do controle das respostas políticas que serão dadas a ela nas arenas decisórias, gestoras e executivas. Mas, até chegar a esse ponto, numerosas *calamidades sociais* que foram *naturalizadas* precisam sair desta condição. E, aí, as profissões de conteúdo social, dentre as quais o Serviço Social, têm que descobrir qual é a sua contribuição e como devem participar da sua problematização.

Por certo que, diante dessa exigência profissional e da complexidade dos desafios atuais, os campos cognitivo e ativo das profissões sociais têm que passar por transformações significativas, desafiadoras de consensos estabelecidos e indicadoras de renovações teóricas e práticas. No bojo dessas transformações os profissionais têm que se questionar, de se colocar em causa, de praticar o exercício da autocrítica, ao mesmo tempo em que questionam o contexto em que atuam.

Parafraseando Otávio Ianni (1997:14) ao falar Sociologia, diria, referindo-me ao Serviço Social, que o conteúdo desta profissão vem requerendo profunda e ampla mudança. Isso porque tal conteúdo vem se mostrando cada vez mais complexo e ao mesmo tempo que menos conhecido, já que o patrimônio teórico elaborado até o presente não é suficiente para dar conta das relações, processos e estruturas ainda pouco estudadas ou desvendadas e para instrumentalizar a prática. E este é um dos desafios mais prementes para o Serviço Social.

Bibliografia

- ABRAHAMSON, Peter. Regimes europeos del bienestar y políticas sociales europeas: convergencia de solidariedades? In: SARASA, S. e MORENO, L. (comp) El Estado del bienestar en la Europa de Sur. Madrid: CSIC, 1995.
- CHAUI, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Celia. Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DONZELOT, Jacques. As transformações da intervenção social face à exclusão. Ser Social (Ver. Do programa de pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília), n.3, Brasília: UNB, 1998.
- GINNER, S. e SARASA, S. Buen gobierno y política social. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- GOUGH, Ian. From welfare to workfare: social integration or forced labour? Conference on politics and instruments of fighting against poverty in European Community. Almansil, Algarve : 1st ad 2nd , February, 2000.
- HARNECKER, Marta. La izquierda en el umbral del siglo XXI. Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 1999.
- HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. VV. AA. A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- IANNI, Otávio. A Sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, L. (org) A Sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo: Boitempo, 1997.
- JOHNSON, Norman. El estado de bienestar en transición: la teoría y la práctica del pluralismo de bienestar. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.
- MISHRA, Ramesh. O estado-providência na sociedade capitalista. Portugal : Celta, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- POLANY, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro : Campus, 1980.
- SANTOS, Boaventura S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHAFF, Adam. La nueva izquierda, una necesidad urgente. In: TEZANOS, Jose Felix (ed). La democracia post-liberal. Madrid: Sistema, 1996.